

## TERMO DE COLABORAÇÃO

**Termo de Colaboração nº 014/2020 que entre si celebram o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente-FMCA através do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife- COMDICA e a Organização da Sociedade Civil-OSC. Lar Fabiano de Cristo/ Casa de Rodolfo Aureliano.**

**Fundo Municipal da Criança e do Adolescente-FMCA**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.397.170/0001-51, através do **Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife-COMDICA**, com sede à Rua Dr. José Mariano, nº 228 – Boa Vista, CEP: 50.060.293, neste ato representado pelo Conselheiro-Presidente, Armindo Nascimento Pessoa, CPF 630.988.574-04, RG 2.899.347 SDS/PE, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Compositor Raul Valença, nº. 340, Bairro Dois Unidos, Recife-PE, doravante denominado **FMCA** e a **Organização da Sociedade Civil-OSC Lar Fabiano de Cristo/ Casa de Rodolfo Aureliano**, entidade civil de direito privado, filantrópica e sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 33.948.381/0074-40, com sede à Av. Afonso Olindense, nº 1946, Bairro Várzea, Recife-PE, doravante denominada **OSC**, representada neste ato por seu/sua presidente Sr(a). Regina Maria de Oliveira, brasileira, casada, professora aposentada, CPF nº 144.818.716-87, RG nº 90.983 – SSP/MG, residente e domiciliado na Av. Claudio Besserman Vianna, nº 03, Bloco 02, Apto. 902, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ, ora representado por seu Procurador (a) Sr (a). Sandeji Alexa de Melo Carvalho, brasileira, casada, profissão assistente social, CPF nº 620.253.764-72, RG nº 3.049.020 SDS/PE, residente e domiciliado à Rua Arsênio Calaça, nº 2043, Bairro San Martin, Recife-PE, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, regendo-se pelas disposições contidas nas Leis Federal nº 8.069/1990 e nº 13.019/2014, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual do município, na Lei nº 13.019/2014 e nas Leis municipais Lei Municipais de nº 15.604/92, alterada pelas Leis de nº 16.558/00 e 17.884/2013 e Lei Municipal de nº 15.820/93 que regulamentam o Conselho de Direito e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, respectivamente e as Resoluções COMDICA nº 001/2016, nº 004/2017 e nº 037/2020, que respalda este no Edital, deliberado no Pleno do Conselho e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração, decorrente da Resolução nº 037/2020, tem por objeto em face da situação emergencial e dos impactos sociais gerados pela Covid -19, visando nesse sentido o carácter da proteção integral nas situações de vulnerabilidade, riscos sociais e insegurança alimentar, decorrentes dos impactos econômicos negativos gerados pelo período de quarentena e das necessárias medidas de isolamento para conter a contaminação comunitária pelo novo coronavírus, entre as crianças, adolescentes e suas famílias, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO II.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentária e do Fundo Municipal, bem como da Resolução COMDICA nº 004/2017 e não constantes do Plano de Trabalho.

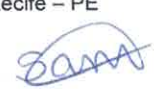
### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DO FUNDO:

a) indicar o/a Conselheiro/a Governamental, Andréa Ricardo Castro, Matrícula nº 692.616-5, para atuar como Gestor da Parceria;

b) fornecer manuais específicos de prestação de contas e técnico pedagógico às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e





publicando, em meios oficiais de comunicação, às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada e ao Pleno do COMDICA que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) exigir **relatório final** sobre a execução do Projeto cofinanciado;

g) na hipótese do Gestor da parceria deixar de ser Conselheiro, o Pleno do COMDICA deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, um representante governamental membro da Coordenação Colegiada as obrigações do Gestor, com as respectivas responsabilidades;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

l) publicar extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do município e em suas redes sociais, contendo: nome da OSC (entidade de atendimento), o objeto, o valor, o prazo, da parceria, bem como os nomes dos representantes a firmaram.

## II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores do COMDICA, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento;

g) disponibilizar aos cidadãos, na sua página na internet ou, na falta desta, em suas sedes sociais, consulta ao extrato deste Termo de Colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 30.000,00, (trinta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 2.527.001.3.3.50.43, UG 59.03, Gestão 2019, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 0646 ED: 43 - R\$ 30.000,00



#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O COMDICA transferirá os recursos em favor do **Lar Fabiano de Cristo/ Casa Rodolfo Aureliano**, conforme o cronograma de desembolso contido no **Plano de Contingência COVID – 19**, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUNDO no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo Pleno do COMDICA.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente VEDADA a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

I – realizar despesas não previstas no **Plano de Contingência COVID – 19**;

II - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

III – realizar ações com finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

IV - realizar despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

V – realizar despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

VI - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VII – repassar contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VIII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu Extrato no site do COMDICA e no D.O do município até 30/09/2020, conforme prazo previsto no anexo **Plano de Contingência COVID – 19** para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da Organização da Sociedade Civil devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o COMDICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independentemente de



proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das **ações** e do **objeto** do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no **Plano de Contingência COVID – 19**;

III - valores efetivamente transferidos pelo fundo;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das **ações** e **objetivos** estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o COMDICA poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das **ações** ou atividades pactuadas:

I – cessação do repasse dos recursos e responsabilização dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil;

II - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

III – antecipação do dever de prestar contas dos valores já recebidos.

### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das **ações** e dos **objetivos** esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados às **ações** e os **objetivos** descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até trinta dias a partir do término da vigência da parceria.





8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no **Plano de Contingência COVID – 19**, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de **ações** propostas com os **objetivos** alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento das **ações** e dos **objetivos** estabelecidos no **Plano de Contingência COVID – 19**.

8.3 – O COMDICA considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-destinatário;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pelo COMDICA observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que o COMDICA possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo sendo resolvido, o Pleno do COMDICA, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – O COMDICA apreciará a **prestação de contas** apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Recife, 30 de Setembro de 2020.



**Andréa R. Castro**  
Gestora da Parceria  
FMCA

**Andréa Ricardo Castro**  
CPF: 692.602.734-04  
Gestora da Parceria

**Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do município do Recife**  
**Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do município do Recife**



**Armindo Nascimento Pessoa**  
CPF: 630.988.574-04  
Presidente do COMDICA



**Ana Maria de Farias Lira**  
CPF: 054.596.484-91  
Tesoureira do COMDICA



**Regina Maria de Oliveira**  
CPF: 144.818.716-87  
Presidente da Entidade

**Sandéji Alexa de Melo Carvalho**  
CPF: 620.253.764-72  
Procuradora da Sra. Regina Maria de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF/MF n°. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_ CPF/MF n°. \_\_\_\_\_



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o **LAR FABIANO DE CRISTO**, associação para fins não econômicos prestadora de assistência social, de âmbito nacional, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, sito à Avenida Marechal Floriano n° 19, salão 301, Centro, inscrito no **CNPJ/MF** sob o n° 33.948.381/0001-94, neste ato representado por sua Diretora de Administração e Finanças **SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA**, brasileira, casada, securitária, portadora da carteira de identidade n° 0597104-5, expedida pelo DETRAN/RJ em 12/09/2013, inscrita no CPF sob o n° 738.831.077-00, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nomeia e constitui sua procuradora a funcionária: **SANDEJI ALEXA DE MELO CARVALHO**, brasileira, casada, supervisora assistente, portadora da carteira de identidade n° 3049020-SDS/PE, inscrita no CPF sob o n° 620.253.764-72, residente e domiciliada na cidade de Recife/PE, com poderes especiais para representar o Outorgante junto ao **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA**, com a finalidade específica atender o disposto no **EDITAL DE APOIO AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**, para o **LAR FABIANO DE CRISTO/CASA DE RODOLFO AURELIANO**, Unidade do Outorgante em Recife/PE, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n° 33.948.381/0074-40, podendo para tanto, assinar, juntar e retirar todos os documentos necessários, enfim, tudo praticar para o bom e fiel desempenho deste mandato, sendo vedado o substabelecimento, bem como fiança ou aval, e tendo esta procuração o **prazo de validade de 03 (três) meses**, a contar desta data, quando ficará automaticamente invalidada a produzir efeitos jurídicos.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2020.



**SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

1º. Ofício de Notas - Tabelião José de Brito Freire Filho  
R. da Quitanda, 50, Sl. 303, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Telefax: (21)2505-4350

088972AA4112020  
OFÍCIO DE NOTAS RJ

Luiz Henrique Santana de Jesus  
Substituto do Tabelião  
MTPS: 28.286 - CEP 20.080-003.  
Tel: 2505-4350  
j.br - <http://www.lfc.org.br>

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
**SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA**

RJ, 15/09/2020. Em test. da verdade. Conf. por  
**LUIZ HENRIQUE SANTANA DE JESUS - ESCRIVENTE**  
Emolumentos: R\$ 5,82 TJ+Fundos: 2,39 Total: 8,21

Selo: EDNAS2504-REG

Consulte em <https://www3.jfj.jus.br/sitepublico>

**PROCURAÇÃO**

**LAR FABIANO DE CRISTO**, associação para fins não econômicos prestadora de assistência social, de âmbito nacional, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, sito à Avenida Marechal Floriano nº 19, salão 301, Centro, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº 33.948.381/0001-94, neste ato representado por sua Diretora de Administração e Finanças **SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA**, brasileira, casada, Securitária, portadora da carteira de identidade nº 0597104-5, expedida pelo DETRAN/RJ em 12/09/2013, inscrita no CPF sob o nº 738.831.077-00, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nomeia e constitui sua procuradora, nos termos da Procuração por Instrumento Público lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro/RJ, livro 1.213, folha 028, ato nº 24, a funcionária: **SANDEJI ALEXA DE MELO CARVALHO**, brasileira, casada, supervisora assistente, portadora da carteira de identidade nº 3049020-SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 620.253.764-72, residente e domiciliada na cidade de Recife/PE, com a finalidade de representar o **LAR FABIANO DE CRISTO/CASA DE RODOLFO AURELIANO**, Unidade do Outorgante em Recife/PE, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº 33.948.381/0074-40, junto aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Fundações, Secretarias e Conselhos em geral, podendo para tanto, assinar, juntar e retirar todos os documentos necessários, receber doações, dar quitação, inclusive prestar contas, enfim, tudo praticar para o bom e fiel desempenho deste mandato, **sendo vedados a assinatura de convênios e o substabelecimento, bem como fiança ou aval**, e tendo esta procuração o **prazo de validade de 01 (um) ano**, a contar desta data, quando ficará automaticamente invalidada a produzir efeitos jurídicos.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2020.



**SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

1º Ofício de Notas - Tabelião José de Brito Freire Filho  
R. da Quitanda, 50, Sl.303, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Telefax: (21)2505-4350  
088872AA41704 RJ

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
SIRLEY SILVA SANTOS BARBOSA.....

RJ, 15/09/2020. Em tes. da verdade. Conf. por  
LUIZ HENRIQUE SANTANA DE JESUS - ESCRIVENTE  
Emolumentos: R\$ 5,82. T.J.+ Fundos: 2,39 Total: 8,21  
Selo: EDNA52505-RM/R

Substituto do Tabelião  
LUIZ HENRIQUE SANTANA DE JESUS  
CPF: 20.080-003  
www.lfc.org.br

2020.09.15 15:07:50

Consulte em <https://www3.trfjus.br/ius/publico>